

2

Conjunções adversativas do português: apontamentos gerais

Se o objetivo deste trabalho é buscar a motivação conceptual que levou os elementos considerados como conjunções adversativas do português a apresentarem mudanças de sentido ao longo do tempo, cabe esclarecer uma série de pontos relevantes nessa investigação, tais como: a que mudanças de sentido se está referindo; o que se entende por conjunções adversativas e, mais genericamente, por conjunções; as abordagens que referências bibliográficas distintas fazem do tema.

As notas deste capítulo servirão, portanto, para apresentar as questões e problemas com que inevitavelmente se depara no estudo da mudança apresentada pelos itens *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* e *no entanto*.

2.1

As conjunções adversativas segundo referências diversas

Uma breve consulta às gramáticas tradicionais do português nos revela que a descrição das conjunções adversativas é um dos pontos mais problemáticos entre os abordados por tais manuais.

A seguir, serão apresentados pontos retirados tanto de gramáticas tradicionais quanto de fontes de outras naturezas que possam ilustrar a dificuldade encontrada no tratamento das adversativas. As fontes divergem não só quanto ao elenco dos elementos que devem ser considerados conjunções adversativas, como também quanto aos sentidos que eles podem apresentar.

Oiticica (1940, p. 61), sobre as adversativas, afirma que elas “justapõem pensamentos contrários”. Aponta *mas* como a adversativa típica e acrescenta que *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*, *não obstante*, entre outros, têm força adversativa.

Maciel (1931, p. 153) engloba, entre as adversativas, *mas* e *porém*. Em nota de rodapé, acrescenta: “as palavras *entretanto*, *contudo* e *todavia* têm mais

função adverbial do que de conjucção, tanto que instituímos o novo grupo dos advérbios de concessão ou concessivos a que hoje pertencem”.

Dias (1933, pp. 256-257) atribui a *mas* as seguintes funções: (i) “serve de ordinário de designar o que contrapõe ao que se disse precedentemente ou o restringe”; (ii) “quando se contrapõe a um membro negativo, (...) reforça-se com o advérbio *sim*”; (iii) “pode omitir-se, quando a antithese já se acha suficientemente demonstrada por outro modo”. Como adversativas, ainda considera “porém” – mais frouxo do que *mas* –, “*ora*” – que introduziria um pensamento diverso somente do que se enunciou precedentemente” –, “*senão*” – que, “na qualidade de adversativa, só tem lugar como synonyma de *mas*, quando a um membro negativo se contrapõe um afirmativo” –, e “*pois*” – que, como adversativa, “emprega-se nas réplicas, se se quer representar, como cousa de estranhar o serem ao mesmo tempo verdadeiros os enunciados que se contrapõem”.

Almeida (1952, p. 305) afirma que *mas* tem mais força do que *porém* e que *todavia*, *contudo*, *entretanto* e *no entanto* têm a mesma significação.

Melo (1970, p. 175) entende que as adversativas *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto*, *entretanto* e *senão* exprimem contraste ou compensação.

Garcia (1992, pp. 16-19) engloba, no conjunto das adversativas, *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto* e *entretanto*, que, segundo ele, marcam oposição, “às vezes com um matiz semântico de restrição ou ressalva”.

Para Rocha Lima (1994, p. 185), as adversativas “relacionam pensamentos contrastantes” e a conjunção adversativa por excelência é *mas*. Acrescenta ainda que “há outras palavras com força adversativa, tais como: *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, que acentuam, não propriamente um contraste de idéias, mas uma espécie de concessão atenuada”.

Cunha & Cintra (1985, p. 566) entendem que as adversativas “ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste”. Citam como adversativas: *mas*, *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto* e *entretanto*.

Sacconi (1990, pp. 267-268) afirma que as adversativas “exprimem essencialmente ressalva de pensamentos, ressalva essa que pode indicar idéia de oposição, retificação, restrição, compensação, advertência ou contraste”. Apresenta o seguinte conjunto: “*mas*, *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, *não obstante*, etc.”. Adiante enumera alguns exemplos contendo

elementos aparentemente estranhos ao conjunto das adversativas: “Juçara fuma, e não traga”; “Veio de automóvel, quando poderia ter vindo a pé”; “Gosto muito de Cristina; agora, beijar os pés dela eu não vou”; “O homem, faminto, não comia, antes engolia alimentos”; “O maior fator da evolução humana não é a inteligência, senão o caráter; não é o pensamento, mas a vontade”.

Segundo Cegalla (1994, p. 267), as adversativas “exprimem oposição, contraste, ressalva, compensação” e englobam os seguintes elementos: “*mas, porém, todavia, contudo, entretanto, ao passo que, antes (= pelo contrário), no entanto, não obstante, apesar disso, em todo caso*”.

Luft (2002, p. 189) afirma que as adversativas “denotam contraste, compensação” e as exemplifica com “*mas, porém, etc.*”.

Bechara (1999, p. 321) considera que as adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas” e que “as adversativas por excelência são *mas, porém e senão*”. Observa que, “ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas. *Mas e porém* acentuam a oposição; *senão* marca a incompatibilidade”.

Neves (2000, pp. 755-770), ao tratar das “construções adversativas”, enfoca especificamente “a coordenação com *mas*”. Da mesma forma que faz com conjunções de outros tipos, a autora analisa *mas* sob três pontos: (i) a natureza da relação, (ii) o modo da construção e (iii) o valor semântico. Sobre (i), a autora afirma que o item “marca uma relação de desigualdade entre os segmentos coordenados, e, por essa característica, não há recursividade na construção com MAS, que fica, pois, restrita a dois segmentos”. Sobre (ii), Neves afirma que os segmentos coordenados por *mas* podem ser sintagmas, orações e enunciados. E sobre (iii), a autora afirma:

nas relações de **desigualdade** há aspectos especiais marcados pelo uso do MAS. A desigualdade é utilizada para a organização da informação e para a estruturação da argumentação. Isso implica a manutenção (em graus diversos) de um dos membros coordenados (em geral, o primeiro) e (também em graus diversos) a sua negação (Neves, 2000, p. 757).

Neste capítulo não será discutido ainda qual seria o modelo ideal de análise das adversativas. Por enquanto, interessa observar os problemas depreendidos das poucas referências bibliográficas já citadas.

O item *mas* é apresentado nos trabalhos acima, de forma declarada ou não, como a conjunção adversativa prototípica. Não há, entretanto, unanimidade em torno do sentido que apresenta. O sentido das adversativas, por sinal, varia em alto grau, como se pode notar, sendo esse grupo um dos mais polissêmicos entre todos os grupos de conjunções em português.

Não só com relação aos sentidos das adversativas divergem as gramáticas, mas também com relação ao elenco dos elementos que devem ser reunidos sob esse mesmo rótulo.

Sobre a divergência dos sentidos, é possível fazer as seguintes observações. Não há precisão com relação aos termos utilizados. Oiticica (1940), quando afirma que as adversativas contrapõem pensamentos, indiretamente afirma que a linguagem representa o pensamento, o que, para uma análise mais acurada, traz à tona questões epistemológicas sérias. Dias (1933), ao afirmar que *mas* serve para designar o que contrapõe ao que se disse antes, está atribuindo a *mas* uma função típica dos nomes; é estranho atribuir a conjunções funções designativas. Afirma também que *porém* seria “mais frouxo” do que *mas*, sem especificar o que se entende por palavra de sentido tão vago quanto “frouxo”. Da mesma forma, Almeida (1952) não explicita o que significa exatamente *mas* ter mais força do que *porém*.

Garcia (1967), referindo-se a um matiz semântico de restrição ou de ressalva, parece estar afirmando que tal matiz se encontraria no próprio sentido de oposição e não que seria um dos sentidos possíveis das adversativas, paralelamente ao de oposição. Essa seria uma questão digna de estudo: as adversativas podem apresentar sentidos ambíguos ou os sentidos que lhe são possíveis se distinguem nitidamente?

Cunha & Cintra (1985), quando afirmam que as adversativas ligam dois termos de igual função, parece estarem se referindo a função sintática; em seguida, fazem uma observação de cunho semântico: acrescenta-lhes uma idéia de contraste. A escolha lexical por “acrescentar” pode deixar subentendido que o contraste não seria expresso senão pela conjunção.

Já para Rocha Lima (1994), as adversativas relacionam pensamentos contrastantes. Por mais impreciso que seja, nesse caso, o termo *pensamento*, o autor atribui às conjunções a função de relacioná-los, deixando claro que os pensamentos já são em si contrastantes. A seguir, ao destacar *mas* como a

adversativa por excelência, deixa subentendido que as referidas características não se encontram em outras palavras como *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, as quais, segundo o autor, acentuam uma espécie de concessão atenuada. Pelo uso de “atenuada”, vê-se que também Rocha Lima (1994), assim como Almeida, entende que *mas* tem sentido mais forte do que as outras conjunções. Atente-se para o termo “espécie”, que indica quanto são imprecisos os apontamentos feitos.

Sacconi (1990) afirma que os sentidos das adversativas têm em comum a característica de serem ressalva de pensamentos, o que é discutível, mas não deixa de ser uma tentativa de identificar um traço comum aos sentidos possíveis.

Cegalla (1994), assim como Sacconi (1990), afirma que as adversativas exprimem alguns sentidos aparentemente estranhos. O uso de *exprimir* não deixa claro se a construção de sentido é função exclusiva da conjunção ou se é algo que já se encontrava entre as partes ligadas. O mesmo se pode dizer de *denotar*, termo usado por Luft (2002): as adversativas “denotam contraste, compensação”.

Bechara (1999), por sua vez, ao afirmar que as adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”, deixa subentendido, pelo uso de *apontar*, que a oposição já existia entre unidades enlaçadas. O mesmo se depreende da afirmativa de que *mas* e *porém* acentuam a oposição. Veja-se também que Bechara se refere a unidades enlaçadas, não restringindo a natureza de tais unidades a orações ou termos.

Neves (2000) distingue três pontos concernentes às adversativas (usados também para a caracterização de todas as conjunções estudadas na obra) que são, de fato, de naturezas diversas e foram, pelos trabalhos mencionados anteriormente, ou negligenciados ou tratados como se fizessem parte de um bloco de questões da mesma natureza. Quando trata do modo de construção, afirma que as unidades coordenadas por *mas* – o elemento que a autora usa para representar as adversativas – podem ser de diversas naturezas, o que não foi contemplado pelos trabalhos mencionados, com exceção de Bechara (1999).

Além disso, Neves (2000) aponta a desigualdade como traço fundamental tanto das relações em que *mas* se encontra quanto do valor semântico do elemento, o que consiste em uma proposta de análise bem mais econômica do que a que se viu nos demais trabalhos referidos.

Quanto aos elementos elencados como conjunções adversativas, vê-se também uma grande divergência entre as fontes citadas. Há unanimidade somente em torno de *mas*. Também *porém* é citado por todos, com exceção de Neves. Já as outras quatro adversativas enfocadas na tese são também citadas pelos autores, com exceção de Dias (1933), Luft (2002), Bechara (1999) e Neves (2000). Maciel (1931) e Rocha Lima (1994) as citam com ressalvas.

Além das seis conjunções adversativas de que trata a tese, outras são citadas. Sacconi (1990) apontou, com exemplos, uma série de elementos que, por mais que pareçam estranhos ao conjunto de adversativas, merecem, pelo menos, uma discussão sobre a adequação de aí serem incluídos, já que visivelmente, nos exemplos dados, se encontram em contextos semelhantes àqueles que são típicos das adversativas.

2.2

Em busca de um entendimento de conjunção

Embora possa parecer que a presente seção, em função de seu tema, merecesse ter encabeçado o capítulo, optou-se por buscar uma definição de conjunção levando em conta os problemas já apresentados na seção anterior.

A reflexão desenvolvida aqui não pretende estabelecer uma definição exata de conjunção nem tocar nas questões que diferenciam coordenação de subordinação. O que se pretende é buscar uma definição que atenda aos propósitos da tese.

A gramaticalização tem lugar de destaque nos estudos funcionalistas, em especial. Pelo menos no Brasil, os muitos estudos de casos que vêm sendo realizados nas últimas décadas têm tido geralmente como base o funcionalismo.

No caso dos trabalhos que tratam da gramaticalização das adversativas, o que se verá, nos próximos capítulos, é que, embora muitas vezes eles se apresentem como funcionalistas e embora façam uma leitura das teorias da gramaticalização que enfoca a língua em uso, nem sempre eles realizam análises funcionalistas de fato.

As teorias da gramaticalização visam, de um modo geral, a descrever e analisar mudanças experienciadas por elementos que se incorporam à gramática de uma língua e, com isso, objetivam depreender-lhes pontos comuns que possam

contribuir para a elaboração de uma teoria geral da gramatização. Quanto a esta tese, faz-se necessário, antes de se dar prosseguimento à análise da gramatização propriamente dita, recorrer-se a um modelo capaz de analisar satisfatoriamente os usos de tais elementos em diferentes épocas.

É o que se fará no capítulo 4, onde, buscando-se um modelo satisfatório de análise de *mas*, se proporá um modelo geral que dê conta da análise dos demais itens. Qualquer modelo trará, porém, de forma declarada ou não, uma noção sobre o que seja conjunção. Por isso, faz-se necessário discutir o conceito.

A leitura dos fragmentos comentados na seção anterior revelou grande divergência quanto ao papel atribuído às conjunções. A elas são atribuídas funções semânticas – como exprimir, marcar, relacionar, denotar idéias –, ou funções sintáticas – como ligar e enlaçar unidades. Além da discordância quanto às funções das conjunções, há também falta de clareza em relação ao que se entende por tais funções.

Quanto à localização sintática das conjunções, é ponto comum entre as diferentes vertentes lingüísticas entendê-las como elementos tipicamente localizados em fronteiras oracionais ou sentenciais. Daí advém a grande divergência quanto à classificação de *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto*, *entretanto*, o que será discutido na seção 2.4. Já com relação à função sintática, as conjunções são vistas como elementos que relacionam gramaticalmente orações ou sentenças.

A questão que se coloca é: dadas as várias funções de ordem semântica atribuídas às conjunções e dado o vasto conjunto de valores semânticos que as adversativas podem apresentar, como se poderia chegar a uma definição de conjunção que atendesse a todas essas funções e também às de ordem sintática?

Se é necessário decidir-se pela adoção de um paradigma formalista ou funcionalista de estudo da linguagem, a opção em que se assenta o presente trabalho é pelo modelo funcionalista. Não se fará uma revisão dos principais postulados de cada paradigma para se justificar a opção. Levando-se em consideração que o objetivo da tese é verificar a motivação conceptual que levou os seis elementos adversativos estudados a sofrerem substanciais mudanças de sentido ao longo do tempo, o modelo de análise lingüística adotado deverá necessariamente apresentar suporte às questões semânticas em pauta.

Para não excluir as questões sintáticas, busca-se um modelo de análise que as alie às questões semânticas. Um dos postulados básicos das teorias funcionalistas em geral é a crença de que os componentes sintático e semântico funcionam em integração. Sobre o componente pragmático, acredita-se que ele se relaciona intimamente com a sintaxe e a semântica. A análise dos dados mostrará que é ele que garante a gramaticalidade de ocorrências aparentemente estranhas. A pragmática, portanto, não será vista aqui como o componente lingüístico por excelência, como preconizam algumas correntes funcionalistas mais radicais, mas também não terá sua importância minimizada.

Sobre a relação entre os três componentes mencionados, várias reflexões podem ser feitas. As correntes funcionalistas não são convergentes em relação ao *status* de cada um deles. Há consenso, porém, em relação à não autonomia da sintaxe.

Por não entender a sintaxe como componente autônomo, a forma com que se concebe conjunção nesta tese não pode ter vistas somente às questões sintáticas. Não basta, no entanto, afirmar que as questões semânticas serão consideradas; é preciso definir como o serão.

Sobre as ocorrências lingüísticas que apresentam adversativas, é preciso perguntar: onde se encontra o sentido? Nas próprias adversativas, nas unidades relacionadas por elas ou no conjunto como um todo? Os diversos sentidos que apenas as poucas obras consultadas atribuíram às adversativas se encontram onde?

Garcia (1992, p. 81) volta a abordar as adversativas, colocando-as em um conjunto maior, o das “estruturas sintáticas opositivas ou concessivas”, as quais seriam uma alternativa, entre outras, de assinalar relações de oposição e concessão.

Nesse ponto específico, o autor apresenta um grande diferencial em relação às gramáticas tradicionais. Ao mostrar que as relações sinalizadas pelas adversativas podem sê-lo também por outros mecanismos lingüísticos, deixa subentendido, voluntariamente ou não, que conjunções não estabelecem sentido, são apenas um recurso, entre outros possíveis, que contribui para o estabelecimento de sentidos adversativos. Em outras palavras, as conjunções não são imprescindíveis à elaboração de uma relação adversativa.

Neves (1984, pp. 21-22), em texto que será comentado no capítulo 4, trata de vários empregos de *mas* no português contemporâneo. Antes de iniciar a

análise, a autora afirma que basicamente *mas* expressa a relação entre dois segmentos de algum modo desiguais entre si. Acrescenta que “o emprego do *mas* entre esses segmentos representa a explicitação dessa desigualdade, indicando que o enunciador a reconhece e se utiliza dela na organização de seu enunciado, tanto na distribuição das unidades de informação como na estrutura da argumentação” (Neves, 1984, p. 22).

A íntegra do trabalho de Neves será discutida mais à frente. Por ora será enfocada a visão da autora acerca do papel do item nos contextos em que se insere. Os segmentos diferentes o seriam independentemente de *mas*, que explicita uma relação reconhecida pelo enunciador (para repetir o termo da autora, típico da Semântica Enunciativa).

Sweetser (1991, p. 90), ao comentar a iconicidade presente nos empregos da conjunção *and* em narrativas, afirma que, na narrativa, mesmo cláusulas não conectadas por nenhum tipo de conjunção na seqüência são interpretadas como correspondendo a uma ordem icônica em relação à ordem dos eventos. Como se vê, também Sweetser (1991) apresenta casos em que o uso da conjunção não é imprescindível.

As três referências acima convergem para a mesma conclusão: a de que os sentidos de duas unidades lingüísticas podem se relacionar de forma adversativa independentemente de haver, entre elas, alguma conjunção adversativa. Com isso, cabe perguntar se as conjunções são, então, desprovidas de sentido e desnecessárias à construção do sentido global de cada evento comunicativo.

Responder positivamente à pergunta seria refutar pressupostos elementares de qualquer teoria lingüística que entenda a língua em uso como sendo plena de intencionalidade por parte do falante, que não é inocente, mas totalmente capaz de usar estratégias eficazes para alcançar seus objetivos.

O falante não inocente escolhe, entre as várias opções de assinalar adversidade, aquela que melhor lhe convém, podendo mesmo optar pela ausência de um sinal gramatical que indique haver, em um dado contexto, uma relação adversativa.

Observem-se os exemplos de Travaglia (2002, pp. 180-182): (a) *Eu não fiz os exercícios porque estava doente* e (b) *Eu não fiz os exercícios mas estava doente*. O autor os utiliza para demonstrar o quanto os conectores, entre eles as conjunções, podem estabelecer relações diferentes em contextos lingüísticos

aparentemente semelhantes. Adiante o autor esclarece que, embora em ambos os exemplos o falante apresente uma causa (estar doente) para não ter feito o exercício, o faz em cada um de uma maneira: em (a), através de uma causal; em (b), através de uma adversativa. Travaglia argumenta que a escolha do falante por (a) ou (b) vai depender da imagem que faz do interlocutor:

Em *a* o falante não tem nenhum pressuposto sobre o fato de o interlocutor ter alguma opinião sobre a razão pela qual ele não fez os exercícios e pretende tão somente informar essa razão por um motivo qualquer (gentileza, para não ser punido já que a causa é justa, etc.). Em *b* o falante pressupõe ou sabe, por qualquer razão (ele sabe o conceito em que o professor o tem ou alguém lhe relatou um comentário do professor), que o interlocutor julga que ele não fez o exercício por alguma causa que não será aceita como explicação (por exemplo: preguiça, foi passear, etc.) e então ele fala, apresentando a causa por meio de uma adversativa, a fim de criar uma oposição argumentativa, rebatendo a causa pressuposta ou considerada pelo interlocutor. Portanto há entre as duas formas de apresentar a causa uma diferença argumentativa calcada na visão que o falante tem de seu interlocutor. (Travaglia, 2002, pp. 180-182)

As observações de Travaglia corroboram a idéia de que conjunções estabelecem relações e contrariam, em princípio, a tese de que não sejam elementos imprescindíveis. Entretanto, se se entende que, em ambos os casos, os contextos extralingüísticos é que motivam a escolha por uma das opções e não o contrário, então se mantém a tese de que as conjunções podem exercer, em alguns casos, um papel muito importante no estabelecimento do sentido, mas não o asseguram sozinhas. Em casos como (b), se a pressuposição não for depreendida pelo interlocutor, pode-se configurar um caso de agramaticalidade.

Além disso, os inúmeros “matizes semânticos” atribuídos às adversativas advêm da relação existente entre as unidades ligadas, o que demonstra que o sentido básico da conjunção modifica-se, em maior ou menor grau, em função do contexto em que se encontre.

Dessa forma, é possível subtrair, das observações vistas em 2.1 e em 2.2, algumas conclusões, que nortearão todo o trabalho.

Em primeiro lugar, é preciso entender que os itens *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto* e *entretanto* foram selecionados como objeto de estudo por motivos que se verão na próxima seção, mas não são os únicos passíveis de se encontrarem entre unidades relacionadas com sentido adversativo. Praticamente todos os outros encontrados nas listas dos autores citados em 2.1 merecem, no mínimo, ser avaliados quanto à possibilidade de se incluírem entre as

adversativas. E há, além deles, outros cuja listagem não seria pertinente neste espaço.

Com relação à terminologia, no decorrer do trabalho, os itens em foco serão chamados de conjunção por motivos apresentados na seção 2.4. Serão chamados de conjunções adversativas, contrajuntivas ou mesmo de algum outro rótulo. Também o contexto de uso será chamado ora adversativo, ora contrajuntivo. A variação terminológica é decorrente da bibliografia consultada e será adotada desde que considerada pertinente.

Por último, entenda-se que, apesar de recorrentemente se encontrar no texto expressões como “o sentido do item x ou y ”, não se está com isso entendendo o sentido referido como inerente ao item fora de contexto. A partir do momento em que se emprega uma conjunção, ela assumirá, para além de seu sentido básico, especificidades semânticas contextuais e, ao mesmo tempo, servirá para apontar, sinalizar, destacar tais especificidades.

Dessa forma, a análise dos dados tentará fazer jus à opção teórica pelo funcionalismo: pode, para fins de análise, segmentar os componentes da língua, mas sempre tendo em vista que, em situações reais de uso da língua, o falante os usa de forma integrada e global.

2.3

Origens etimológicas das conjunções adversativas

Os itens *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto* e *entretanto* foram selecionados para representar as conjunções adversativas porque, como já foi dito anteriormente, são tradicionalmente englobados no mesmo conjunto e também porque têm origens etimológicas semelhantes.

Segundo Mattos e Silva (2001, p. 120), entre as coordenativas, apenas *e*, *ou* e *nem* já se encontravam entre as conjunções coordenativas latinas; as demais se originam no português arcaico.

Por português arcaico entende-se, conforme Mattos e Silva (1996, p. 15), o período que vai do século XIII ao XV, ao qual se pode referir também como período ou fase medieval. Por esta razão, a língua da época denominou-se português arcaico ou medieval.

Ressalve-se que a delimitação cronológica das diversas fases da língua não é precisa nem consensualmente estipulada. Bechara (1985), por exemplo, admite englobar a primeira metade do século XVI ainda no período arcaico. No decorrer do trabalho, poderão ser utilizados exemplos do século XVI.

A dificuldade de delimitação cronológica advém do fato de as mudanças lingüísticas ocorrerem em um fluxo de tempo de difícil apreensão. O estabelecimento de pontos de referência dependerá sempre de critérios passíveis de variação de acordo com as orientações de cada investigador.

Voltando-se à origem das adversativas, viu-se que nenhuma delas remonta ao latim na função de conjunção, embora *magis*, já no latim, se encontrasse como advérbio, em contextos típicos de contrajunção.

Meillet (1912) discute amplamente a formação das conjunções em geral e mostra que são elementos constantemente sujeitos a renovação, o que pode ocasionar o desaparecimento de outras já existentes. Suas observações aplicam-se às línguas em geral, inclusive à diacronia latino-portuguesa.

A fase arcaica do português antecede a consagração das línguas românicas como línguas nacionais. Por motivos extralingüísticos que não serão amplamente explanados, o português, bem como as línguas românicas em geral, passou, no período medieval, por grandes mudanças, entre elas a que se processou no quadro das conjunções.

Em função de questões extralingüísticas, havia, como expõe Maurer Jr. (1962), na região correspondente ao Império Romano, duas modalidades de latim: a clássica (ou literária) e a vulgar, que, ao contrário do que se possa imaginar, não correspondiam, respectivamente, às modalidades escrita e falada da língua. A estilização literária da modalidade clássica fez-se a partir da existência de uma modalidade clássica falada. E, embora o latim vulgar praticamente não fosse escrito, sua dinamicidade provém do contato de variedades cultas e vulgares.

Se as línguas românicas surgem do latim vulgar, torna-se necessário investigar aí a origem das conjunções do português, tarefa de difícil alcance, haja vista a escassez de fontes escritas e a inexistência, óbvia, de fontes faladas.

Ainda assim, Maurer Jr. (1959, 1962), com base nas poucas fontes escritas do latim vulgar e na fala de personagens populares presentes em obras literárias, conclui haver, no latim vulgar, preferência pelas formas expressivas,

diferentemente do que se passava no latim clássico, menos informal e impessoal. Dessa forma, no latim vulgar, houve uma renovação intensa na língua.

Uma das tendências marcantes do latim vulgar é a preferência por formas analíticas, em detrimento do sintetismo típico do latim clássico, o que é evidenciado, por exemplo, pela queda no número de declinações e pela preferência pela estruturação paratática do período. Outro exemplo ilustrativo é a substituição da forma sintética utilizada para marcar o comparativo de superioridade (*-ior*) pela forma analítica, que dispunha do advérbio de intensidade *magis*, tornando a marca morfológica *-ior* obsoleta. O último ponto será tratado no capítulo 4, onde se discutirá a tese de Vogt e Ducrot (1980) sobre a origem da conjunção portuguesa *mas*.

Esse é o quadro geral em que se formaram as conjunções portuguesas, inclusive as adversativas. Abaixo os seis elementos tratados na tese terão suas origens etimológicas apresentadas em linhas gerais, conforme informações buscadas em Barreto (1999), obra que será utilizada, no decorrer deste trabalho, de forma recorrente, por ser uma tese de doutorado que trata da gramaticalização de todos os elementos tradicionalmente classificados como conjunções em português. O amplo alcance da referida tese tornou-a referência nos estudos da gramaticalização de conjunções em português.

Em glossário, a autora apresenta as seguintes informações: *mas* provém do advérbio latino *magis*; *porém* origina-se da preposição latina *per* + *em*, forma apocopada do advérbio latino *ende*; *contudo* forma-se da preposição *com* (do latim *cum*) + indefinido *tudo* (do latim *totu-*); *todavia* constitui-se de *toda* (do latim *tuta-*) + *via* (do latim *via*); *entretanto* forma-se da preposição *entre* (do latim *inter*) + *tanto* (do latim *tantu-*); *entanto*¹ forma-se da preposição *em* + indefinido *tanto* (do indefinido latino *tantu-*).

Como se vê, *mas* origina-se de um sintagma adverbial, *todavia* de um sintagma nominal (por sinal, *todavia* seria, ainda segundo Barreto, a única conjunção do português originada de um sintagma nominal) e os demais elementos de sintagmas preposicionais. Mas o que interessa de fato observar é que, com exceção de *mas*, todos os elementos apresentam originariamente um

¹O elemento *entanto*, por ter se consagrado, em português, como *no entanto*, desta forma está sendo usado na tese. Apesar de se saber que o termo *item* se refira a unidades indivisíveis, optou-se por se tratar *no entanto* como item, justamente por ser usado como um todo indivisível.

pronome em sua constituição etimológica. *Porém* se forma de *en* (<*ende*), que funcionava como pronome também. Esse é o ponto comum que as conjunções estudadas, exceto *mas*, guardam quanto às suas origens etimológicas e que merece ser investigado, já que pode explicar por que todas vieram a apresentar traços comuns em português. No capítulo 5, o assunto será tratado com exclusividade.

2.4

As conjunções adversativas passaram por gramaticalização?

Embora se esteja referindo a *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto* e *entretanto* como conjunções, as obras consultadas revelam que a classificação não é unânime.

Oiticica (1940, p. 61), como se viu na seção 2.1, afirma que *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto* têm força adversativa e que funcionam, quase sempre, como partículas concessivas. Anteriormente havia incluído *todavia* e *entretanto* no grupo que designa como palavras denotativas concessivas. Sobre palavras denotativas, apresenta as seguintes observações:

Com efeito, até hoje os gramáticos se tem preocupado exclusivamente com as palavras que exprimem *idéias*, ou palavras ideativas, pouco atendendo à numerosa classe das palavras que exprimem *emoção* ou palavras *emotivas* e, ainda menos, às palavras que exprimem meros *acidentes* do discurso, como as interrogações, afirmações, confirmações, realces, correções, ressalvas, exclusões, designações, etc. Tais palavras não exprimem nenhuma idéia pròpriamente, mas indicam certos movimentos ou operações subjetivas e indispensáveis à compreensão do pensamento ou às suas cambiantes. (Oiticica, 1940, p. 50)

Maciel (1931, p. 153) havia afirmando que “entretanto, contudo e todavia têm mais função adverbial do que de conjunção” e, por isso, as inclui entre o grupo dos advérbios de concessão.

Rocha Lima (1994, p. 185) também havia afirmado que *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto* e *no entanto* têm força adversativa.

Garcia (1992, p. 18) afirma que, “por serem etimologicamente advérbios, as adversativas são menos gramaticalizadas, com exceção, segundo ele, de *mas* e *porém*, nos quais o traço de advérbio já estaria esmaecido. A etimologia explicaria por que “*no entanto*, *entretanto*, *contudo* e *todavia* vêm frequentemente precedidos pela conjunção *e*”.

Luft (2002, p. 189) afirma: “as verdadeiras ‘conjunções’ (coordenativas) são as três *e*, *ou*, *mas* – aditivas, alternativas e adversativas; pode-se ver isso nas combinações: *e* *todavia*, *e* *entretanto*, *e* *portanto*, etc.”

Bechara (1999, p. 322) é bastante incisivo ao afirmar:

Levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenadas certos advérbios que estabelecem relações inter-oracionais ou intertextuais. É o caso de *pois*, *logo*, *portanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia*, *não obstante*. (...) tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenadas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas.

Na mesma direção, podem ser citadas as palavras de Said Ali (2001, pp. 168-169): o emprego desses elementos (*contudo*, *todavia*, *entretanto*, *entanto*)

como correlativos enfáticos é uma aplicação puramente ocasional dos ditos vocábulos. Resta a saber se fora deste caso servem de conjunção ou de advérbio. À tendência de incluí-los na categoria das partículas adversativas em atenção a terem sentido semelhante ao da palavra *mas*, objeta-se que a sinonímia é imperfeita e tanto que se usam, ou se podem usar, concomitantemente com esta partícula. Parece antes acharem-se na fronteira indecisa que medeia entre advérbio e conjunção.

Também Neves (2002, pp.183-184) tem reivindicado que a possibilidade de ocorrência de *todavia*, *entretanto*, *contudo*, entre outros, em posição não inicial e/ou em sentenças onde já tenham ocorrido outros elementos como *mas* ou *e* seja conseqüência de uma gramaticalização tardia, ainda não concluída, e indique falta de distinção entre advérbio e conjunção. Para a autora, o fato corrobora o caráter gradual da gramaticalização.

Os autores que questionam a classificação dos referidos elementos como conjunções devido a aspectos semânticos o fazem de forma imprecisa e pouco explicativa. É difícil entender claramente, a partir da leitura dos trechos citados, o que significa *x* ter mais força do que *y*, *x* ter força adversativa ou ainda quais as diferenças existentes entre o sentido adversativo e o concessivo.

Por outro lado, quando Garcia (1992), Luft (2002) e Bechara (1999) reivindicam que os referidos elementos não podem ser considerados conjunções porque podem ocorrer com outras conjunções, como *e*, localizando-se, portanto, fora da fronteira oracional ou sentencial, estão deixando claro que o argumento é

de ordem sintática. De fato, o ambiente típico das conjunções é a fronteira oracional, mas a questão da fixação da ordem diz respeito aos processos de gramaticalização em geral. Os autores atribuem a falta de fixação das conjunções ao fato de funcionarem, no português medieval, como advérbios.

Com relação à questão semântica, os autores consultados não negam haver, no mínimo, uma semelhança entre os elementos mencionados e *mas*, tomado por todos como conjunção adversativa prototípica, certamente por poder ocorrer tão somente em posição de fronteira.

No entanto, embora *mas* se localize categoricamente em posição de fronteira, há restrições quanto aos elementos relacionados. Neves lembra que os segmentos coordenados por *mas* “devem revestir-se de significação predicativa” (Neves, 1984, p. 39). É ainda Neves, em outra obra, que, comparando *mas* com *e* e *ou*, mostra que *mas* não tem “aplicação irrestrita nos contextos previstos para a coordenação estabelecida por esses dois elementos, que podemos chamar prototípicos” (Neves, 2002, p. 184).

Os exemplos utilizados como ilustração são **um mas dois*, **terceiro mas segundo*, **por mas para*. Dessa forma, apesar de *mas* ser considerado, principalmente por questões sintáticas, a conjunção adversativa prototípica, o item não se assemelha, também por questões sintáticas, a outros elementos tomados como protótipos da classe maior das conjunções, sejam adversativas ou não.

O fato, porém, de poder ligar, segundo Neves (1984), segmentos com significação predicativa demonstra que a restrição relatada passa por questões semânticas, o que confirma a proeminência do aspecto semântico na história de *mas*.

Retomando a semelhança semântica existente entre os elementos estudados, é preciso observar dois pontos: (i) deve haver uma motivação também semântica² para o fato, o que será tratado no capítulo 5; (ii) a semelhança só existe porque, de algum modo e em algum grau, os elementos em pauta “perderam” (os próximos capítulos justificarão as aspas) o sentido que apresentavam enquanto adjuntos adverbiais.

²A expressão “motivação semântica” tem sido empregada, na tese, como sinônima de “motivação conceptual”. Não se discutirá a (in)adequação de tomar as duas expressões como sinônimas, porque a decisão de fazê-lo apóia-se tão somente no fato de se entender ambas como capazes de mostrar que se está referindo ao sentido e não à forma.

Esta “perda” de significado será designada aqui como “desbotamento semântico”, expressão que se explicará melhor no capítulo 3.

Por ora, entenda-se por desbotamento semântico o fato de o falante de português quase nunca conseguir recuperar os sentidos originais dos itens. Em outras palavras, independentemente de sua localização sintática, eles são, do ponto de vista semântico, empregados e entendidos como semelhantes a *mas*. Não têm, portanto, para os falantes, transparência semântica, pois seus sentidos originais não podem ser recuperados pelo falante comum. Foi dito “quase nunca” porque exceções podem ocorrer. O item *contudo*, por exemplo, muitas vezes aparece empregado como conclusivo, em especial em textos escolares, o que demonstra a não-opacidade ou a transparência semântica de *tudo*. Mas, ainda assim, quando *contudo* é empregado em contextos de sentido contrajuntivo, o é porque o falante admite sua semelhança semântica em relação a *mas*.

No capítulo 5, será mostrado que o sentido que *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* e *no entanto* apresentavam em suas origens etimológicas era construído principalmente pelo sentido que os pronomes que os formavam (o advérbio pronominal *en* em *porém*; *tudo* em *contudo* e *tanto* em *no entanto* e *entretanto*) assumiam conforme o referente que tinham em cada contexto. A exceção é *todavia*, cuja carga semântica advém principalmente de *via*, como também se verá no capítulo 5. Quando usados atualmente em contextos de sentido contrajuntivo, não é recuperável ao falante a função coesiva desempenhada pelos pronomes referidos nem, no caso de *todavia*, nenhum sentido que se relacione com o núcleo *via*.

Há, em português, outros elementos considerados conjunções também formados etimologicamente de pronomes indefinidos, como *portanto*, que, quando empregado em orações ou sentenças de sentido conclusivo, também não se mostra transparente ao falante. Veja-se o seguinte exemplo retirado da obra “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa: “O que sinto, e esforço em dizer ao senhor, respondo minhas lembranças, não consigo: por tanto é que refiro tudo nestas fantasias”. Nesse caso, está transparente que *tanto* se refere anaforicamente a tudo que foi dito anteriormente: o interlocutor não conseguiu dizer o que se esforça por dizer. Não é desse modo, porém, que *portanto* se emprega, via de regra, em português. Parece que a única forma de retomar a função coesiva de *tanto* será com o uso de *é que*. O exemplo citado objetivou ilustrar o que se está

chamando de transparência semântica, expressão que será elucidada com a leitura do capítulo 5.

Por enquanto, se assumirá que as adversativas formadas de pronome não apresentam hoje, em seu uso maciço, transparência semântica nesse pronome, bem como *todavia* não apresenta com *via*. A falta de transparência justifica, como se verá no capítulo 2, tratar essa mudança semântica sob a ótica das teorias da gramaticalização.

Se os elementos não se fixaram na cadeia sentencial e, com isso, demonstram não ter concluído o processo de gramaticalização, essa é outra questão que, por sinal, ao que tudo indica, não se resolverá nunca, haja vista que, pelo menos na variedade brasileira do português, os itens referidos têm sido cada vez menos empregados. E, quando o são, restringem-se quase exclusivamente à modalidade escrita da língua, a qual, via de regra, sofre mudanças em consequência de mudanças na oralidade. Se as adversativas, com exceção de *mas*, não se encontram sujeitas à dinamicidade e à vivacidade do português falado, certamente não chegarão a fixar-se na cadeia sentencial. Conforme se disse anteriormente, a renovação das conjunções é própria das línguas em geral.

Basta se recorrer aos conjuntos de adversativas apresentados por diversos autores, conforme se viu em 2.1, para se ver que o quadro das adversativas do português não se encontra fechado. Talvez, com o tempo, itens enfocados por esta tese cheguem até mesmo a desaparecer, como aconteceu com tantas conjunções latinas.

O que interessa é que todos eles, e não só *mas*, sofreram mudança substancial de seu sentido básico ao longo do tempo. A descrição e explicação do processo são objeto desta tese.